

Projeto de Lei n.º 03/2014.

Ementa: “Cria a Lei de que reajusta e atualiza o valor do piso salarial dos professores municipais efetivos, em observância ao estabelecido na Lei Federal 11.738/2008, que consiste na Regulamentação da alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, de que trata o art. 6º da aludida norma e dá outras providências.”

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE VERTENTES, ESTADO FEDERADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em especial com supedâneo no art.60 da norma antedita, envia para apreciação do Poder Legislativo, em caráter de urgência, o seguinte:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Projeto de Lei dispõe sobre a atualização do piso salarial dos professores, que será reajustado o valor antes aferido, em consonância com as disposições do Ministério da Educação e com a Lei 11.738/2008, passando ao valor de R\$:1.697,00 (um mil seiscentos e noventa e sete reais), para os professores efetivos que cumpram a jornada de trabalho mensal de 200 (duzentas) horas/aulas e R\$:1.273,03 (um mil duzentos e setenta e três reais e três centavos), para os professores efetivos que cumpram a jornada de trabalho mensal de 150 (duzentas) horas/aulas.

Art. 2º - Fica reajustado em 5% (cinco por cento) os salários dos professores efetivos do magistério que recebem vencimentos superiores ao piso salarial.

Art. 3º - Para fins de adimplimento do Piso Salarial estatuído no artigo anterior retroagiram ao mês de janeiro de 2014, os respectivos valores que serão pagos em parcela única dentro do exercício financeiro 2014.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Aplica-se, no que couber, a Lei Federal n.º 11.738/2008, bem como o disposto na Lei Municipal n.º 708/2007, alterando o art. 1º da Lei n.º 797/2013, com as alterações ora procedidas.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vertentes, 09 de junho de 2014.



Allan Kardec Bezerra da Silva
-Prefeito Constitucional-